

Anteriormente referida refende Apóst.

Mauro de Brito Mauriz Americano Cipriano

Evandro Allison G. de Oliveira ~~Domingos~~

Carciorefaurolopes

Reunião do Conselho Municipal de Precidência.

Camille. Bom dia a todos, hoje 31 de janeiro de 2024  
esclarecendo que esta reunião do Conselho é o começo  
da sessão da reunião do Conselho Municipal de  
precidência, às 10:22, em Camille, laodi vice  
presidente do Conselho representando os membros  
ativos, Mauro representando os membros ativos,  
Allison representando os membros ativos e  
Cláudio representando os membros inativos,  
então hoje o que já em pauta um dia de deliberação  
sobre o regimento interno do Conselho e o  
outro vai ser uma apresentação sobre o fundo  
latário que o Sr. Bruno vai apresentar. Eu  
parei esta minuta no grupo, não sei se vocês  
conseguiram acordar, eu Mauro fez algumas alterações,  
estamos sendo exigidos que aprovemos o  
regimento interno do Conselho, a lei que fala do  
Conselho é a lei 801/2004, só que do e tem base  
ela não tem os pontos que é necessário, a Secretaria  
de Precidência junto ao Ministério Público  
do Estado, está exigindo uma série de documentos  
e esse documento para ter validade precisa  
ser aprovado, vai ser através de portaria assinada  
do por todos nós, não é nada demais tudo feito  
baseado na mesma lei e o ementa dispõe sobre  
o Conselho Municipal de Precidência, do Instituto  
de Precidência de São Geraldo do Piauí, no  
exercício de suas atribuições em conformidade  
com o disposto no art. 26 da lei 801/2004



elaborou e aprovou o seu regimento interno,  
 capítulo 01. O Conselho Municipal de Previdência  
 composto de 06 membros titulares e de 05 membros  
 suplentes do Poder Executivo Municipal, sendo  
 um deles presidente do IPSCA, 01 representante do  
 Poder Legislativo e 02 dos servidores ativos e 01 dos  
 servidores inativos e pensionistas, membros e su-  
 plentes do Conselho escolherá através de eleição o  
 secretário, cabendo escolher alguém para secretário,  
 caberá ao secretário auxiliar, o presidente  
 durante suas faltas justificadas ou impedimentos  
 será substituído por um conselheiro, na esta-  
 ção de férias cabendo regulamentar, caso em família  
 esteja ausente então será um dos conselheiros que  
 caberá nos substituir que caberá ser escolhido por maio-  
 ria absoluta dos conselheiros e qual neste hipótese  
 responderá por todas as atribuições do presidente,  
 na ausência do secretário eleito será substituído  
 por um dos conselheiros presentes no reunião, funcio-  
 namento do Conselho normal e extraordinariamente quando  
 convocados por pelo menos 01 de seus membros  
 com antecedência mínimo de 05 dias, das reuni-  
 ões do Conselho será elaborado atos em livro  
 próprio as decisões do Conselho será tomadas por  
 maioria exigindo quorum de 03 membros, inclu-  
 lida ao gabinete do prefeito proporcionar o  
 meios necessários ao exercício de sua competência,  
 mas esta na lei, mas quem acaba dando esse  
 suporte é o Instituto de Previdência, então caberá ter  
 um evento em abril da associação nacional dos  
 regimes próprios e esse evento caberá ter a presença  
 de todos, caberá ser aqui no local, cabendo um



uma forma de sustor iso, 1º por deliberaco  
do conselho a matéria será discutida e votada  
na reuno seguinte podendo qualquer conselheiro  
pedir vistas pelo prazo de dois dias uteis para  
análise, podera ser deliberado hoje, mas caso  
alguém queira qi podendo pedir vistas para  
análise, quando ocorrer urgência a critério do  
presidente do conselho este podera pedir o  
indeferimento do pedido de vista caso em  
que a matéria será colocada para discussão em  
reuno corrente, quando a questão em discus-  
são for de alta relevância podera ser suspenso  
por prazo determinado mediante requerimento  
verbal de um dos conselheiros e aprovaco de todos  
os presentes, os assuntos na constantes da ordem do  
dia são será discutidos ou votados e caso haja  
concordância de todos os conselheiros presentes  
quando marcar reuno tem que definir o que  
deve se falar na reuno qual assunto a maior parte  
das vezes reuno são de apresentaco de prestaco  
de contas poucas são deliberativas, tivemos delibe-  
rativa quando apresentamos a politica de investi-  
mentos, ai era ista sendo deliberativa, mas pode  
ter alguns temas que pode ser de deliberaco do  
conselho, mas vamos informar precizamente. As  
reuno do conselho será registrada em ata em  
livro próprio das quais constara punicamente  
os tratados e as decisão tomadas, as atas não são  
sumarias acabamos decidindo a prestaco de contas  
e alguns temas, não fazemos uma ata integral, quem  
transcreve e a Ucall, e importante para nosso  
protocolo, eventuais argumentos ou fundamentaco de  
voto a respeito de matéria, objeto de discussão



só serão transcritos em atos se o conselheiro o  
 requer, as deliberações ou decisões do conselho além  
 de transcritos em ata e em portaria quando a  
 relucância assim exigir, terá a apreciação da  
 prestação de contas, por feito um documento uma  
 portaria ainda não estamos com a prestação de  
 contas por que estamos com o balanço pendente,  
 a partir de agora tudo que a gente deliberar que  
 for de importância vamos ter que transformar em  
 uma portaria e vamos ter que arquivar. Após cada  
 reunião o presidente dará ciência de suas delibera-  
 ções a diretoria do IPSEA, a diretoria presidente,  
 diretoria-precidenciária e diretoria financeira, no prazo  
 máximo de três dias da reunião para ser imediato-  
 mente posto em prática, os trabalhos do conselho  
 municipal de precidência se desenvolverão observando  
 a seguinte ordem, leitura da ata da reunião anterior,  
 mas podemos tirar caso queiram, leitura do expe-  
 diente e outros documentos de interesse do conselho  
 fiscal de precidência, fazemos isso mais não está no  
 no papel, o que a gente precisa nos vamos comunicando,  
 leitura de ordem do dia, discursos dos conselheiros  
 incluídos na ordem do dia, votação e encaminhamento,  
 vai ter reunião que não vai ter isso, vai ter uma  
 palestra, que vai ter por uma prestação de contas simples  
 nem sempre vai ter votação, só poucas as matérias que  
 requerem votação. Não fazemos em hipótese alguma  
 votação por procuração e pessoalmente por isso que  
 tem suplente nos casos o minor e as eleições para  
 todos serão resolvidas pelo conselho. Das informações e  
 recursos o conselho tomará conhecimento dos atos  
 praticados pelo IPSEA inerente a sua área através  
 de relatório por exposições feitas pelo presidente a



diretoria do IPSGA participará das reuniões do Conselho Municipal para prestar esclarecimentos quando solicitados. O Conselho Municipal de Precidência poderá convocar para participar de suas reuniões servidores do IPSGA a fim de prestarem esclarecimentos ou amparoamento nos assuntos a serem discutidos, então eu chamo os assuntos chamo a determinados temas que requer, mas se achar necessário podem colocar no grupo se tiverem com dúvida em determinado assunto para esclarecer, já a partir de agora, compete ao Conselho Municipal de Precidência estabelecer e normatizar os direitos quais, a partir de agora quando fizemos a proposta orçamentária vamos apoiar. Refinir a proposta da estrutura administrativo-financeiro e técnico do IPSGA, acompanhar a gestão financeira dos recursos do IPSGA, examinar e emitir parecer conclusivo sobre proposta de alteração da política de precidência do município, autorizar contratação de empresas para realização de auditorias atuárias ou financeiras, autorizar alienação de imóveis do patrimônio do IPSGA, observação legislativa pertinente, apoiar, contratação de agentes financeiros bem como a celebração de contratos, concênios, exemplo para a nova administração de recursos fosse terceirizado e conselho tem que apoiar, contratação, tem que passar pelo crico do conselho, deliberar sobre a aceitação de doações, penões de direitos e legados quando operações por energia, o filho já apresentou proposta para reduzir o deficit atuarial para a gente receber em doação em prédio da SELOVE, uma escola e a secretaria para a pagar para o IPSGA.



O aluguel deve imovel e uma forma de abatu  
 e deficit atuarial e tem compasso e um bem  
 entrando e no dispendio, temos que avaliar por  
 bone proposto, adotar as providencias cabiveis para  
 comecar de atos e fatos decorrentes de gesto que pre-  
 judique o cumprimento e acompanhar e fiscalizar  
 manifestar-se sobre a prestao de contas anual a  
 ser remetida ao Tribunal de contas, e na prestao  
 de contas do relatorio de controle interno que foi  
 apresentado, solicitar elaborao de estudos tecnicos  
 relativos a avaliacao atuarial, juridicos, financeiros  
 e organizacionais relativos a assuntos de sua com-  
 petencia, dirimir duvidas com relao a normas  
 regulamentadas, deliberar sobre os casos omissos  
 no ambito das regras applicaveis do IPSCA e mani-  
 festar-se em projeto de lei de acordo com a  
 composicao de ditos precedenciais do municipio  
 com o IPSCA, e o municipio ficar sujeito ao IPSCA  
 para que seja autorizado o parcelamento tera que  
 ser enviado um projeto de lei para camara entao  
 esse projeto de lei com esses calculos e os precisos  
 aprovar, camara aprovando ainda manda para  
 o Ministerio do Previdencia para que o Ministerio  
 ratifique ou nao se nao tiver que, comecar eles nao  
 ratificam. Compete ao presidente e secretario e os  
 membros do Conselho Municipal de Previdencia sem  
 prejuizo de outras atribuiçoes estabelecidas pelo  
 collegio ao presidente supervisionar e coordenar  
 as funçoes conferidas aos conselheiros, orientar os  
 trabalhos mantendo a ordem dos debates, bem  
 como solucionar questoes de ordem postas nas  
 reunioes, convocar os conselheiros para as reunioes,  
 abri, convocar e suspender as reunioes, certificar



o quorum para os reuniões que é de 50% que  
é uns 3 pois são 6 conselheiros, submeter as matérias  
para discussão e votação, ler a ata expediente  
representar o conselho em juízo, anunciar o resulta-  
do das votações, dar o voto de qualidade, presenciar  
e registar os justificativos de ausência dos conselhe-  
iros, decidir questões de ordem e submeter ao  
conselho, providenciar a destinação dos expedientes  
do reunião, fazer e divulgar os atos de competência  
do conselho, fazer e divulgar os atos de competência  
do conselho, solicitar ao gabinete do Prefeito os  
recursos e meios necessários a instalação e funcio-  
namento do conselho, ao portariário distribuir aos  
conselheiros a pauta das reuniões comunicados ao  
material referente aos assuntos referentes em pauta,  
organizar a data das reuniões, serviços de arquivo  
e documentação, redigir a ata, avaliar o presidente  
na conclusão dos trabalhos e exercer outras tarefas  
atribuídas pelo presidente do conselho aos conselheiros  
exercer as funções e praticar todos os atos inerentes  
ao exercício das atribuições de membros do conselho,  
compor as reuniões com data e hora marcada,  
cientificar o presidente do conselho com antecedên-  
cia de 24h de eventuais ausências ou impedimentos  
temporários, examinar os materiais que lhe forem  
atribuídos manifestando-se sobre os mesmos, apre-  
sentar proposições e requerimentos questões de ordem,  
impugnação ou ratificação de atos, votar as proposições  
submetidas a aprovação do conselho, solicitar reuniões  
extraordinárias sempre que entender necessárias, aten-  
der o que dispõe os termos do Ministério do Presi-  
dência sobre os conselheiros providenciais do regime  
próprio de providência social, a instalação dos



membros do Conselho Municipal de Precidência-  
 terá mandato de 02 anos, far-se-á mediante o  
 posse, permitindo uma única recondução, cada membro  
 terá um suplente para nomeados pelo prefeito para  
 um mandato de 02 anos admitido uma única  
 recondução, os membros do Conselho Municipal de  
 Precidência e suplentes para escolhidos quem terá o  
 voto de qualidade para o presidente do IPSCA, os  
 representantes do executivo e legislativo para indica-  
 dos pelos respectivos poderes e os representantes dos  
 servidores inativos ditos entre seus pares para elei-  
 tos pelo sindicato ou associação correspondentes e  
 sindicato aqui nunca, não tem era preciso então  
 a gente pedir a indicação do sindicato tempo-poli-  
 citado porque o sindicato não tem uma cadeira  
 no conselho, mas na verdade é ele quem faz a  
 indicação muitas vezes eles não estão presentes, que é  
 o sindicato dos servidores públicos municipais, APEOC.  
 se representa os professores, não é justo que se  
 APEOC indique, tem que ser o sindicato dos servi-  
 dores. Os membros do Conselho Municipal de Precidin-  
 cio não são substituíveis, se podem ser afastados de  
 suas funções depois de julgados em processos admini-  
 strativos julgados por fatos graves ou infração  
 punível com demissão ou em caso de vacância  
 em ausência não justificada em 3 reuniões consec-  
 tivas ou em 04 intercalados no próximo ano,  
 a regra estabelecida no conselho não se aplica ao  
 presidente. Exemplo se for exonerado o presidente tem  
 que sair do conselho, os órgãos governamentais dever-  
 ão prestar todas as informações necessárias a declaração  
 para o cumprimento das competências do conselho  
 fornecendo sempre que necessário os estudos técnicos



correspondentes. As certificações de todos e qualquer documento do IPSCA bem como os pedidos de informações poderão ser requisitados no conselho por intermédio de seu presidente dependendo tais requisições de deliberações dos demais conselheiros os membros do conselho responsáveis pelos danos resultantes de omissão no cumprimento de seus deveres e dos atos praticados com culpa ou dolo ou violação do li ou outras normas aplicáveis. A responsabilidade dos conselheiros do conselho municipal por omissão no cumprimento de seus deveres é solidária mas dela se exclui o membro dissidente que fizer consignado em ata a sua dissidência. Não está em vigor o regimento mas a portaria do Conselho 1467 já dispõe sobre isto e a lei federal 9717 que trata desta situação. Quando a gente não participa não sabemos o que tá acontecendo com o processo que é novo e algo que qualquer conselho não precisa enquanto eu não aqui de se manifestarem contra, pedirem explicação a favor, contra, independente de qualquer coisa. As matérias de natureza confidencial que forem apreciadas pelo conselho serão mantidas sobre sigilo pelos conselheiros e demais participantes do reunião até que seja deliberado a sua divulgação, com os assuntos temos que vamos pedir para que não seja divulgado e no momento oportuno em que entendermos conveniente a gente divulgar sem prejuízo das normas legais regulamentares, explicados os fundamentos do conselho requerido por esse regimento interno, as disposições desse regimento interno entrarão em vigor na data da sua publicação, São Geraldo do Amarante, CE, 31 de janeiro de 2024 eu presidente a



apreciação e deliberação de atos em disponibilização  
 e colocação em discussão a matéria. Deixa um voto  
 e a favor, sim. (Juveni sim, agrava o regime).  
 Allison (Agrava sim, a leitura da ata é obrigatória?  
 Raça: pelo que eu entendi ficou subentendido  
 quando for muito extenso não fazer leitura.  
 Lamille. Vocês concordam que coloque que seja  
 dispensada a leitura da ata. Marcia (Agrava, concor-  
 do com o regime, Lamille. Vou chamar o Sr. 13º Ju-  
 no para apresentar a situação do fundo Catania. Sr.  
 Bruno. Vou apresentar caso detalhar e que o escrito-  
 rio tem feito tanto extrajudicial como judicial  
 encobrendo os fundos potencialmente estressados. O  
 IPSCA tem figurado em uma de três situações ou mais  
 de uma, quando realizou os aportes inicialmente.  
 Além de cotistas ele passou a ser autor e pui em  
 outros atos judiciais, estando deixando de fazer os  
 demandas que são administrativos ou extrajudiciais.  
 Bruno não exclui a outra elas se complementam e a  
 atuação judicial que é mais paupável que é mais  
 paupável que o número do processo, é a última  
 etapa, depois de uma longa caminhada adminis-  
 trativa que ela tem feito, então os atos que são con-  
 tenciosos e estratégico não inúmeros atos no momento  
 certo de engessar judicialmente encobrendo os fundos  
 estressados e potencialmente estressados, os estressados  
 são o Laís Maria e Catania e o potencialmente estre-  
 ssado são os que compõe a descente da Fenon, hoje  
 só tem um fundo, o IPSCA recebemos uma cobrança  
 do LAF que é a antiga administradora do FIP Laís  
 Maria essa cobrança relativa a Taxas de administra-  
 ção supostamente pelo cotistas do fundo da Laís  
 Maria, não é uma prerrogativa apenas do IPSCA.



outros institutos receberiam uma cobrança, frato,  
lauçao, possivelmente via outros atos com pro-  
geto similar, que a possibilidade de quase tudo  
ser questionado, mas tudo é defensável, a LAB  
ela apurou essa ação, cobrando as taxas de admi-  
nistração e mancia para Camille e ela está utiliza-  
ndo o prêmio d'ela a LAB em tese de acordo com  
o que tá na ata ela assumiu ou teria assumido  
esse função, se o função der certo ganha a taxa  
de adm. se não der não ganha, então não der, e quer  
a quitação de uma suposta dívida que não chegou  
a existir questionamos se pô duvidas essas taxas  
na proposta que ela estava cobrando eles tem que  
apresentar a taxa é calculada sobre o patrimônio  
líquido do fundo e não se que tenha taxa  
mínima, o PL estava quase quebrado, são argumentos  
que vamos construir para mostrar que aquela  
muçanca pode não ser ou nem se quer duvidar e  
essa ação é do final de 2023, a LAB tinhamos  
uma boa relação, como o FIP, pois lá eu tenho  
alguma informações que não tenho acesso ainda  
a LAB nos ajudava com algumas informações já que  
ela era último administrador, inclusive, a gente  
pensa em fazer algumas diligências na sede da  
Lais Mauá, pensar em contratar um cartório de  
Porto Alegre para abrir uma ata notarial da nova  
ata até a sede, são clones da empresa não tem  
nada que compromete essa ata lá eles não sabem  
o que tem lá, então a ata notarial tem fé pública  
e o cartório de lá pode registrar a ata e o que  
aconteceu e o que encontraram lá se foi obstaculi-  
zado, o inquerito e como Polícia Federal, a ação  
da Lais Mauá foi proposta em 2019 nos era contra



tudo nem a família estava no IPSEA a Cais Mauá  
 propôs uma ação a Cais Mauá era de propriedade  
 do fundo do FIP e a LAB indicou o escritório  
 Alexandre Rosqualino para ingressar com essa ação  
 eles tinham um rol de pedidos grande o projeto  
 era viável devido ao contrato foi firmado entre  
 o Estado do Rio Grande do Sul para explorar  
 a área portuária de Porto Alegre o processo perdeu  
 o objeto, como perdiam o contrato era impossível  
 ela executar os fins aos quais ela tinha se pro-  
 posto, o acção entrou com ação pedindo inde-  
 nização que na época era R\$ 254.000,00 mais perdas  
 e danos, fui concursar com Rosqualino junto  
 com a família de tecnicamente disse Bruno e uma  
 causa difícil com muita pressão e calor e muito grande  
 a coisa incluiu o pedido a sentença veio negativa,  
 ele embargou com a declaração ainda não tem o  
 julgamento com os embargos de declaração com  
 sentença. Outro ponto do caso administrativo, tenta-  
 mos várias vezes com a SPREV conseguir um atendi-  
 mento a respeito de que os RPPS podem fazer com  
 os ativos que recebem de fundos estruturados, pode  
 aplicar em títulos públicos, concessões com o prese-  
 critivo da SPREV e eles continuam com a coisa de  
 não tá previsto em lei, não tá previsto em regulamento,  
 não pode fazer muita coisa, sugeri perguntar  
 para os TCEs, disse que não podia por que não tinha  
 norma do conselho monetário disponível a respeito.  
 Chegamos num consenso por ser seguir a SPREV no  
 caso pra frente, se for e MV, estamos tentando uma  
 reunião com o EMV para tentar sensibilizar na e  
 uma pauta do Caim. Temos RPPS em RS, SP, RJ,  
 então se o EMV se sensibilizar através portaria pode



per que a SPREV se sensibilize também. Além de  
sermos nós, também fomos autores, impetramos  
judicialmente em 2023. Lamille. Estávamos aguardando  
a Laiz Clauoi finalizar, Latânia per liquidado para  
inquarmos com ela acat, fazia parte da poscato.  
Bruno. O Latânia e algo difícil de concitar e  
caracterizar, ele e administrado pela BFL e ela e  
uma casa de tudo que não deve fazer, em um mês  
mandaram os extratos com calor diferente, mandando  
extrato muito atrasado, a gente notifico eles não  
respondeu, mandou ofício para EVM, inquamos  
com acat de inclinação na Justiça Federal, por que  
colocamos a Caixa Econômica junto com os outros  
prestadores de serviços no polo passivo dos fundos  
da poscato. É uma acat que tá começando agora.  
demora se tirarmos exito pode ser um exito par-  
cial e trago algum alento, litigamos como pessoa  
juridico de direito público tem que subir para  
outros instâncias e uma matéria que talvez não  
se pente confortáveis. Acat monitorio da ORLA, parece  
com do LAB também está cobrando calores, adpaco  
que era para entrar com execucao direta. Aguiou  
O que é acat monitorio? Bruno. Quando voce pode  
cobrar um calor, mas voce não tem a formalização  
perfeito do título executivo. Allison. Ela é inter-  
mediário entre acat de cobrança que voce precisa  
cobrar que aquilo e decidido e a execucao que tem  
força executiva, acat foi proposto pelo ora a peticao  
dele. Foi muito mais pobre do que o LAB. Bruno.  
A possibilidade do ORLA e bem maior que do LAB.  
A BFL era administrador do Latânia ele foi liqui-  
dado, foi determinado a liquidacao dele em 2021  
varias assembleias mal feitas de interpretações com



má fé da BFL, começou em março até outubro de  
 2021, ela fez uma assembleia disse que ia propor  
 um plano de liquidação do fundo que ia durar  
 03 anos ou a liquidação imediata do fundo os termos  
 são parecidos quem tá cotando pelo maior cotista,  
 disse que cotado pelo liquidador do fundo, a BFL  
 disse que entendeu que ele cotou pelo plano de  
 liquidação que ia durar 03 anos, quanto mais  
 tempo durar o plano, maior a taxa de administra-  
 ção tem a receber e provavelmente vai ingressar  
 judicialmente como a LAF fez, pedimos o ciclo da  
 assembleia, demoraram a entregar o ciclo, ela fez  
 uma consulta formal que substitui a assembleia,  
 ela mandou o um e-mail para todos os cotistas,  
 perguntando se cota pelo plano ou liquidação imedia-  
 ta do fundo em outubro de 2021 e o fundo foi liqui-  
 dado em 2023, esse fundo tinha alguns ativos tinha  
 debêntures braçal, braçaisas, a LEM fez um relatório  
 com o que tinha dentro do fundo e na liquidação recebeu  
 nos alguns no todo, mandamos um e-mail, pedimos,  
 não atenderam e ingressamos com essa ação de arbitragem  
 para misturar o que tinha no fundo, a atuação exte-  
 judicial consultoria jurídica de forma ampla, expedimos  
 de ofício por inúmeros atos, participamos em assemblei-  
 as com documentos que subsidiavam as participações em  
 assembleias, inúmeros reuniões e ciclos conferências e  
 muitas ligações para traçar estratégias que tenham  
 um objetivo cênico e que sejam extremamente mutá-  
 veis ao longo do tempo, interface com a formação  
 de valores entendimentos do TEE, ele vai questionar  
 vai ir ofício questionando se que é a obrigação do  
 TEE é questionar, o que tem que fazer para se  
 responsabilizar ficar seguro e responder o TEE é per



diligente, duase tudo é questionável mas também  
e defensivo. Naturalmente vamos ingressar procedim.  
arbitral já que o FIC e Fontaine Lill não tem foro  
no judiciário e foro dele é na câmara de arbitra-  
gem no mercado e vamos iniciar esse processo. O  
Fontaine Lill aplica em sociedades que estão com  
fech em São Paulo a Fontaine Lill participações  
e de capital aberto a Libanismo não é de capital  
aberto, eles calculam o valor da cota do FIPE e  
deduzem no pte do EVM que é um sistema público,  
a precificação do Tivo que por fato anualmente três  
anos ou quatro não fazem e outro nunca fez não tem  
como saber o preço daquela empresa e ele está  
imputando uma informação no sistema público, aque-  
la informação pode não ser verdadeira tem tudo para  
não ser, informação falsa não é crime, art. 313, a e P.  
Pessoas físicas é importante ficar ao lado de quem  
está no mesmo barco Mourão, Mouracama, Engenheiro  
Louho / SP, é importante estar ao lado deles. São  
processos de altos e baixos tem dias que estamos  
mais otimistas e tem dias que não. Há ter uma  
aviz do BFL. Temos que examinar os opco's, família.  
É questão de investimento e que se alega é que  
buscamos a classificação dos investimentos hoje  
quando a gente abre novo relatório estamos com  
quase R\$ 150 milhões de patrimônio, mais por tem  
uma classificação no novo relatório, existe uma  
lista exaustiva que se a instituição tiver no  
lista é uma instituição de credibilidade e permi-  
tido incestu, a época que esse investimento foi  
feito o PL de instituição de previdência era R\$ 50  
milhões, se pegar quase metade daquilo que se  
tinha e investir em 5 fundos todos vinculados



que ao final era o mesmo ataca e anima a PF  
 inclinou-se o comitê de investimento aprovou, não  
 tem esse tipo de deliberação nem no conselho nem  
 no comitê. (Agradecia Sr. Bruno. Agradeço. cui mais  
 com intuito de esclarecer as questões que possam  
 surgir. Todo investimento quando é feito e quando  
 se a discussão, ela nunca cai a nível operacional  
 do conceito de risco na realidade discursivo,  
 consegue o mesmo retorno com menor risco discursivo.  
 para reduzir isso, discussão nunca é para  
 aumentar retorno pode quem aumentar retorno  
 por uma necessidade atitudinal, exemplo para  
 ter retorno preciso de  $IPCA + 7\%$  e o meu é  $IPCA + 6\%$ ,  
 de que forma que eu reduzo risco para aumentar  
 meu retorno, o que vimos nas aplicações e que  
 não segue os ritos de governança, só foi tomado  
 conhecimento quando reclamamos os estatutos, depois  
 da aplicação feita, perguntamos qual foi a  
 razão econômica para isso, quando se consultou  
 passou a ser responsabilizando passando a permitir  
 alguns casos para e em, apesar de não ter explicito  
 qual atitude tomar nesses casos achamos por bem  
 permitir ad regular e animar foi feito. A discussão  
 não pode acontecer mais sem o conceito de risco do  
 facto aqui não está discutindo este governo  
 outra coisa, tá escolhendo, apostando e o conceito  
 de risco é da seguinte forma, primeiro tem que seguir  
 os ritos de governança, segundo tem que estar aderido  
 do ao instituto de previdência e o perfil de risco  
 tem que ser tomado conhecimento pelos colegiados,  
 foi aprovado em risco, onde estou investindo, quem  
 são os meus prestadores de serviço, uma coisa é investir  
 num fundo que é administrado pelo banco do



Brazil outra coisa é por um gestor, administrador menor, cooç precisa entrar na e em ver se tem processos em cima dele para ver se ele tem uma reputação ilibada ou não fazer o procedimento com futo e nada disso foi futo nesses investimentos dos fundos e que ainda pode ter algum recurso significativo e pode sair sem multa e se o Fontaine Rêlle, apesar de seus fundos ter vários problemas de governança, até dificuldade de receber extratos, com que lêsi esta sendo praticado aquele atico pode ter um extrato falso, o que pode ter um potencial enaco, tem problemas de governança que pode dar um problema efetico. O Conselho tem um papel fundamental como fiscal do dinheiro, agente LEMA, Bruno Barreto para ver se conseguimos não ter prejuizos maiores e minimizar os prejuizos que já estão expostos. Com a LM esse conceito vai ficar mais fácil para cooç, vai costar no tempo como se tivesse futo LM na época das aplicações, a LM diz quanto o município precisa exemplo  $1\text{PEA} + 7\%$  para alçar com seus compromissos, olhamos assim a partir do  $1\text{PSGA}$  se se consegue mais retorno anualmente mais risco, tem fundos multimercados, fundo de preditos praticados, mas não necessariamente tem um risco como FP, pode ir para fundos de ações que estão na bolsa, para compra ações da Vale, Rio Doce, Petrobras, tem formas de conseguir buscar retornos maiores e o deca de significaco e para cooç ganhar  $1.5\%$  tem que investir naquela carteira que propicio o menor risco possível a captura do  $1\text{PEA} + 5.5$  vai ter risco de que uma captura de  $1\text{PEA} + 7\%$ , se diversifica forma, se pode fazer investimentos de risco depois de uma conversa maclura entre cooç estando



sientes do risco, se estamos preparados enquanto  
 não ficar aqui ou que buscar conhecimento ficar  
 seguir para dar esse passo família. As reuniões  
 periódicas e as capacitações são necessárias, por que  
 não dá para cobrir dos conselheiros que tem uma  
 decisão que faça uma análise se agente não tem uma  
 atenção especializada, se não dá abertura para  
 que as pessoas entendam e que está acontecendo  
 pode vir a ser necessário se não pois estamos defi-  
 citários. Gregório. De fundos estacionados tem o AUSTRO,  
 Multistutual, o latamio foi liquidado, como se coca  
 imarta no latamio e ele lidera o AUSTRO, deixou de  
 existir o latamio coca via cotista do AUSTRO, dentro  
 do latamio. Tinha o AUSTRO, Debentures de títulos  
 privados, agrícolas e outros, não sabemos onde está  
 esses outros ativos. Bruno. A BFL era para ter chama-  
 do o IPSEA para analisar o livro de debenturista  
 uma cena das debentures para coca fazer e que  
 acha que deve fazer com ativos, mas não houve  
 formalização do IPSEA enquanto debenturista.

Gregório. Debentures 3 anos sem pagar, lançou em 1986  
 esse título aqui existiu ele tem oca de cobrança tenta-  
 tiva de recuperar esse ativo. família. Em outubro o  
 extrato vai negativo 402 mil, no dezembro 398 mil,  
 para lançar isso contabilmente, tem que lançar  
 no balanço patrimonial, quando encerra o exercício  
 em dezembro ele zero em tese não tem negativo.

Gregório. Tinha um título que foi baixado, mas não  
 estava considerando que título e esse, foi baixado  
 por que, o valor mas como paiu, como o fundo  
 ganhou, o fundo pega ativos e tem o passivo  
 que é o todo a pagar, todas a pagar, quando  
 se liquida um fundo se entrega os ativos antes



digo estaco negativo por que cois recebem po-  
aticos, esse paraco pode ser cobrado do IPSA,  
foz ainda na e um paraco. família. Da liquidos  
agente ga tem conficamento que era para ter vindo  
extrato com a data do dia 22 de dezembro do  
PUMA, LSH, o extrato nos veio e nos tivemos paracos  
de passar, nos fizemos investimentos nenhum nesses  
funco, o latamio foi liquidado do liquidact  
dele nos recebemos o AVSTRO que foi lançado na  
captura o extrato veio com a data 22 de dezembro  
2023, era captura e de dezembro e agora em goniu  
vamos lançar o LSH que e um atira de um hotel,  
que no di propriedade de bancario do Triamp.  
Luguiu. Esta com um ano que existamos em  
hotel ela ga estava com uma situaco complicada,  
execucao judicial, dividas trabalhistas. Parece um  
com atico, funciona, tem a possibilidade fazer  
reserva um negocio que di lucro. No PUMA tem uma  
debeture de uma empresa chamada Utilano. família.  
acabamos trocando o problemático por o3 problemá-  
ticos, transformamos a BFL que administraco o latamio  
continuou com a BFL administrando o AVSTRO e agora  
recebemos como administrador o R21 que e probl-  
mático para receber e ter acesso a esse extrato  
tica que assina um termo de risco como se agente  
pou incestu. Dr. Bruno. Orienta de aninar o termo  
po depois de enviar um email, colocar no próprio  
termo uma ressalva de que a assinatura do termo  
nao implica em aporte para esse funco, no auto-  
rizo novos investimentos po estou aninando esse  
termo para atender exigencia do R21. família. No  
PL fechou em dezembro de 2023 R\$ 148.905,371,48,  
quando recebemos goniu em 2021, R\$ 81.221,278,21



temos que agradecer ao prefeito que cumpre com as suas obrigações previdenciárias, ao número de concursados que foram nomeados, mais de 600 funcionários e não tudo propiciou esse aumento de patrimônio do município de São Gonçalo e a nova rentabilidade foi R\$ 14.831.677,35 no de rentabilidade dos investimentos, se de rentabilidade que se conseguimos recuperar o preço do principal que foi investido nos fundos vinculados a Lás Claudi. Quero agradecer a presença do Dr. Bruno, Gregório ao fato que representa a rentabilidade, agradecer a presença de todos os conselheiros seu Raul, Durval, Cláudio, Allison, Raul. Quando me perguntam sobre a gestão e pelo que o Instituto de Previdência está em boas mãos, estou fazendo tudo que for possível para no futuro podermos receber novas aposentadorias, família. Ficamos gratos pelos parabenos eu e a equipe, o que acontece aqui são fatos alheios à nossa contabilidade, mas buscamos esclarecer aos previdenciários, não me quero a responsabilidade, eu sou muito exigente com as atas para para atender cada vez melhor o segurado. A partir deste ano implementamos reuniões mensais do Comitê de Investimentos, as reuniões eram trimestrais, mas não atendia a análise de mercado, cenário econômico estamos com o certificado de propiciários certificados pelo Totum. Cegreçico as presenças.

Comunidade Cláudio Muniz

Indústria e Comércio de Alimentos

Evandro Alisson C. de Oliveira

~~Dairymaster~~

Reuniões comunitárias

Reunião do Conselho Municipal de Previdência

28/02/2024. Vamos dar início a reunião do conselho